



Políticas Públicas Educacionais em Moçambique nos Primeiros Anos da Independência (1975-1981)

Public education policies in Mozambique in the early years of independence (1975-1981)

Sabino Tobana Intanquê (<https://orcid.org/0000-0002-3888-015X>)

<http://lattes.cnpq.br/0617565506320365>

Doutorando em Educação (PPGE/UFPel), Mestre em Educação pela PUC-RS, Licenciado em Sociologia (UNILAB), Brasil.

E-mail: sabinosabinotobana@gmail.com

Carlos Subuhana (<https://orcid.org/0000-0002-8994-9073>)

<http://lattes.cnpq.br/5679987071214170>

Professor efetivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

E-mail: subuhana@hotmail.com

Resumo: O artigo examina os Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop) no contexto dos 50 anos de suas independências (1973-1975), analisando suas trajetórias históricas, vulnerabilidades e potencialidades. Cada país seguiu um caminho distinto após a independência: Angola e Moçambique enfrentaram guerras civis prolongadas, enquanto Cabo Verde consolidou uma democracia estável. Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe lidaram com instabilidade política e golpes. No período pós-Guerra Fria, os Palop implementaram reformas políticas e econômicas, como multipartidarismo e ajustes estruturais, com resultados variados. Cabo Verde destacou-se pelo desenvolvimento e parcerias internacionais, enquanto Angola emergiu como potência regional devido a recursos como petróleo e diamantes. Moçambique enfrenta conflitos armados, como em Cabo Delgado, e desafios de desigualdade. A Guiné-Bissau permanece instável, e São Tomé e Príncipe aguarda a exploração de reservas de petróleo. As vulnerabilidades incluem fragilidade institucional, corrupção e desigualdade social. Como potencialidades, destacam-se posições geográficas estratégicas, recursos naturais, diplomacia multilateral (CPLP, UA) e soft power cultural. O artigo conclui que, apesar dos desafios, os Palop demonstram resiliência e oportunidades para um futuro promissor, reforçando seu papel no sistema internacional.

Palavras-chave: Angola; Brasil; Independência; Relações Bilaterais; Pragmatismo Político.



Abstract: The article examines the Portuguese-speaking African Countries (Palop) within the context of the 50th anniversary of their independence (1973-1975), analyzing their historical trajectories, vulnerabilities, and potentialities. Each country followed a distinct path following independence: Angola and Mozambique faced prolonged civil wars, while Cape Verde consolidated a stable democracy. Guinea-Bissau and São Tomé and Príncipe contended with political instability and coups. In the post-Cold War period, the Palop implemented political and economic reforms, such as multiparty systems and structural adjustments, yielding varied results. Cape Verde distinguished itself through development and international partnerships, whereas Angola emerged as a regional power due to resources such as oil and diamonds. Mozambique faces armed conflicts, such as in Cabo Delgado, and challenges regarding inequality. Guinea-Bissau remains unstable, and São Tomé and Príncipe awaits the exploitation of oil reserves. Vulnerabilities include institutional fragility, corruption, and social inequality. Regarding potentialities, strategic geographic positions, natural resources, multilateral diplomacy (CPLP, AU), and cultural soft power are highlighted. The article concludes that, despite the challenges, the Palop demonstrate resilience and opportunities for a promising future, reinforcing their role in the international system.

Keywords: Angola; Brazil; Independence; Bilateral Relations; Political Pragmatism.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os avanços do sistema de educação em Moçambique logo após a independência nacional, levando em considerações as inúmeras políticas públicas educacionais desencadeadas que possibilitaram a ampliação de escolas assim como de instituições de ensino superior (IES).

Após a conquista da independência, a educação escolar foi compreendida pelo governo da FRELIMO¹ como ferramenta que viabilizaria o alcance de uma sociedade justa e progressista e de criação do ‘homem novo’, preocupado com o bem-estar do povo, que protegesse o povo e servisse os seus interesses, e com a capacidade de transformar o país e guiá-lo rumo ao progresso.

De acordo com Juliano Neto de Bastos e Stela Mithá Duarte (2017), Moçambique foi uma das províncias ultramarinas que integrava a Metrópole. De certa forma, o sistema colonial português introduziu a educação formal por volta do séc. XIX e, paulatinamente, procurou diferenciar as modalidades de ensino, sendo um para a elite colonial e

¹ FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que liderou a Luta Armada de Libertação Nacional, entre 1964 e 1974 até ao alcance da Independência Nacional em 1975.

assimilada e outra para os que, dentro da estrutura colonial, eram considerados indígenas, ou seja, antes da independência de Moçambique que aconteceu em 1975, o sistema educacional estabelecido pela administração colonial portuguesa assumia um carácter segregacionista e elitista, visando reproduzir e promover as desigualdades, dentro da perspectiva colonial, tendo como finalidade formar indivíduos que pudessem participar na economia como mão-de-obra barata, capaz de contribuir para o aumento da produção e da produtividade para a metrópole.

Para Bastos (2016 apud Bastos; Mithá, 2017), podem ser considerados dois momentos diferentes que contextualizam o desenvolvimento do sistema educacional como um todo no período pós-colonial em Moçambique, a saber: (1) o contexto político-ideológico da criação do “Homem Novo” em que se desenvolveu um paradigma que rejeitava o legado colonial, assim como o papel a desempenhar pela tradição (a sociedade tradicional) e; (2) o conceito de criação de um “Homem Moçambicano” desenvolvido dentro de um paradigma definido por um contexto de liberalismo econômico e liberalismo político. Em ambos os contextos, segundo Bastos e Mithá (2017), foram feitas mudanças para acomodar um novo paradigma de educação, de modo que pudesse refletir o interesse socioeconómico e político de cada período.

Priorização do Setor Educacional Pós-Independência

Segundo Uaciquete (2010), com a conquista da independência do país em 1975, Moçambique se deparou com uma estrutura patrimonial do sistema colonial, tanto material como humana, assim como uma educação que foi implementada nas zonas libertadas. Na área da educação, o país deparava-se com a insuficiência das instituições escolares e com a falta dos professores e técnicos para atuarem nesta referida área. De acordo com o autor, durante muitos anos, vários moçambicanos não frequentaram a escola por razões decorrentes do sistema colonial, baseado na discriminação. Por este motivo, depois da independência, houve a expansão da rede escolar que se deu através de campanhas de erradicação do analfabetismo no país. Trata-se de um processo que apresentou resultados positivos entre os anos 1970 e 1990, uma vez que a taxa de analfabetismo, que era de cerca de 93% em 1975, diminuiu para 72% em 1980 e 62% em 1985 (Mazula, 1995).

Uaciquete (2010) afirma que no setor educacional, por meio do Governo de transição, muitas ações foram levadas a cabo para discutir o sistema educacional, tais como:

- Seminário de Beira (dezembro de 1974 a 1975);
- Reunião de Macuba (abril de 1975);
- Seminário Nacional de Alfabetização (abril de 1975);
- IIIª Reunião do MEC (julho de 1979);
- Seminário Nacional da Língua Portuguesa (outubro de 1979);
- Seminário Nacional de Ensino de Matemática (maio de 1980).

Para Stimamiglio e Bach (2018), transformações de caráter social, político, econômico e cultural têm marcado a sociedade contemporânea, sendo muitas delas estruturais, o que interfere diretamente na educação. No caso de Moçambique, as mudanças ocorridas na política educacional trouxeram melhorias nos mecanismos da administração e gestão da educação, alterações dos currículos escolares e uma participação ativa do povo na escola. Apesar de todos os esforços feitos para garantir o acesso à uma educação de qualidade, o país se deparava com diversos fatores como a falta de material didático adequado, infraestrutura inadequada e outros problemas que afetavam diretamente o setor, que acabavam se tornando em possíveis causas do fracasso escolar e interfeririam negativamente no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o Relatório publicado pela AfriMAP (2012), após a Proclamação da Independência em junho de 1975, na área da educação, o padrão de ensino que a FRELIMO adotou se baseava no modelo utilizado nas zonas libertadas em plena situação colonial. O referido padrão de ensino se coloca nos seguintes parâmetros:

- 1) o ensino precisa funcionar com seus próprios recursos;
- 2) todas as pessoas devem aprender e ensinar;
- 3) fazer uma conexão entre a teoria e a prática;
- 4) lutar contra o tribalismo, racismo e nepotismo;
- 5) fazer uma ligação entre a educação, produção e a comunidade;
- 6) tornar a escola um meio democrático.

Em um discurso proferido na 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC), em 1973, Samora Machel afirma que a educação deveria preparar os moçambicanos para assumirem a nova sociedade e as suas exigências.

A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana, que sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros

povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática (Machel, 1973, s/p).

Mesmo com as dificuldades que o país se deparava nos primeiros momentos de independência política – falta de material didático adequado, infraestrutura inadequada, falta de quadros e recursos financeiros –, é possível perceber que vários esforços foram feitos para a criação de políticas públicas educacionais que possibilitaram o avanço dos sistemas de ensino em Moçambique.

Considerações Finais

Acreditamos que a criação de políticas públicas educacionais sempre fez parte dos esforços dos governantes, principalmente nos primeiros momentos da conquista das independências. Em Moçambique as políticas educacionais possibilitaram o avanço do sistema de ensino, avanços esses que até hoje continuam sendo expressivos. De igual modo, não se pode negar que as políticas públicas educacionais têm se transformado em fatores primordiais para o avanço do país em todas as vertentes, desde a criação das escolas nas regiões que compõem o país, assim como no melhoramento das atividades educacionais.

A partir dos estudos feitos, percebe-se que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado para a educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico e educacional são maiores, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a Proclamação da Independência (1975), pois conseguiu baixar os altos índices de analfabetismo herdados da administração colonial.

Referências

África do Sul. Moçambique, a prestação efetiva de serviços públicos no setor da educação. Rosebank: **AfriMAP & Open Society Foundation**, 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14444915/mocambique-a-prestacao-efectiva-de-servicos-publicos-afriMAP#>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Bastos, J. N. de; Duarte, S. M. Políticas educacionais e transformações socioeconômicas no período pós-colonial em Moçambique. In: **IV Seminário de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE**, VI Seminário Sobre Profissionalização Docente, 2017.

Ludke, M; André, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

Mazula, B. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Em busca de fundamentos filosófico-antropológicos. (Coleção as Armas e os Varões, 13) Lisboa, Porto: Afrontamento, 1995.

Moçambique. “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”. Mensagem do Camarada Samora Machel, Presidente da Frelimo, à 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC. In: **Coleção Estudos e Orientações**, n. 2. Nov. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1970/09/educar.htm>. Acesso em: 11 abr. 2025.

Uaciquete, A. S. **Modelo da Administração da Educação em Moçambique 1983-2009**. 2010. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2010. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/1086>. Acesso em: 11 abr. 2025.